

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1378 | 06/03/2017 a 12/03/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

DEBATE

CORREÇÃO DE RUMO

Audiência pública em Ponta Grossa debateu alterações nos atuais limites da APA da Escarpa Devoniana, que vão manter a proteção ao meio ambiente e impulsionar a economia da região



sistemafaep.org.br

Aos Leitores

O debate de ideias é salutar para a democracia. Ouvir todos os lados envolvidos e dirimir dúvidas foi o intuito da audiência pública, realizada em Ponta Grossa, para discutir o projeto de lei que propõe alterar os limites da APA da Escarpa Devoniana, que engloba 12 municípios dos Campos Gerais e da Região Metropolitana de Curitiba. A proposta, apoiada por estudo técnico da Fundação ABC, corrige distorções e equívocos que constam na lei que instituiu a área de preservação em 1992. Essa atualização, que se baseia em métodos e tecnologias mais modernas, mantém protegidas as áreas de interesses científico e ambiental, matas nativas e monumentos geológicos. O projeto também traz segurança jurídica aos agricultores rurais da região, pois esclarece pontos conflitantes na atual legislação.

Nesta edição, também trazemos uma reportagem sobre como produtores rurais da região de Carambeí estão utilizando a fertirrigação para transformar esterco em rico nutriente para a lavoura.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueira

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1378:

Fernando Santos, Giuliano Gomes, Gilson Abreu, Acervo Instituto Moreira Salles, Agência Brasil, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



DEBATE

Audiência sobre a Escarpa Devoniana

PAG.12

FERTIRRIGAÇÃO

Ouro marrom para a lavoura

Pág. 4

EMPREENDEDORISMO

Aposta no óleo do abacate

Pág. 10

HISTÓRIA

O agricultor fotógrafo

Pág. 20

SOLOS

O problema da compactação

Pág. 22

CONSERVAÇÃO

Treinamento para o Prosolo

Pág. 24

Agrofalácia sobre agricultura e agricultores

Falsas dicotomias prosperaram no Brasil dividido dos últimos anos. Professores do ensino médio chegam a dividir as classes, com metade dos alunos argumentando a favor do “agronegócio” e a outra metade a favor da “agricultura familiar”. Esse mesmo anacronismo é visto na mídia e na política.

No segundo texto da série “Agrofalácias”, quero tratar da taxonomia de agriculturas e agricultores que proliferou no país sem nenhum rigor analítico: agronegócio versus agricultores familiares, grandes versus pequenos produtores.

No artigo anterior (*publicado no Boletim Informativo n.º 1376*), procurei mostrar que agronegócio é apenas uma delimitação do conjunto de cadeias de valor formadas a partir de produtos agropecuários: indústrias de máquinas e insumos, agricultores de todos os tipos e tamanhos, agroindústrias processadoras, distribuidores, varejistas etc.

Nesse contexto, tamanho físico não é documento para participar ou não do agronegócio. Pequenos produtores integrados às indústrias de frangos e suínos são parte do agronegócio, assim como os que vendem hortaliças, flores, cachaça e queijos artesanais.

Já os pequenos que vivem apenas para a subsistência ou as grandes propriedades que não geram excedentes comercializáveis não fazem parte do agronegócio.

Ocorre que 99% dos agricultores brasileiros têm gestão familiar. E o conceito básico para separar agriculturas e agricultores não deveria ser o tamanho da propriedade ou o número de pessoas que ela emprega, como na atual definição de “agricultura familiar”. Deveria, sim, ser a rentabili-

dade e a capacidade de inserção de cada agricultor nas cadeias de valor do agronegócio.

Em outras palavras, o que interessa não é se o agricultor é grande ou pequeno, se emprega ou não, mas a sua capacidade de empreender, de gerar excedentes e lucros, de se inserir nos mercados.

No excelente livro *História do Brasil com Empreendedores*, Jorge Caldeira mostra o papel do empreendedor no desenvolvimento do Brasil, com uma abordagem inovadora em relação à historiografia tradicional, pautada pelo latifúndio escravocrata exportador, da casa grande versus senzala, da metrópole versus colônia.

Caldeira mostra que tivemos um mercado interno bem robusto no Brasil colonial, sustentado por uma grande quantidade de pequenos, médios e grandes empreendedores independentes, na maior parte do tempo lutando contra a ação deletéria do governo.

Na agricultura do século 20, acontece o mesmo: imigrantes viraram “colonos” no Sul e no Sudeste do país e mais tarde migraram para o Centro-Oeste em busca de escala para sobreviver. A pequena propriedade do colono no Sul vira a grande plantação de hoje no Centro-Oeste.

O migrante italiano que veio colher café vai produzir cachaça em alambique próprio e depois constrói as grandes usinas sucroenergéticas de hoje.

Pode parecer chocante, mas a história recente da agricultura brasileira pouco tem a ver com as capitânicas hereditárias e os velhos barões do açúcar e do café. Sua gênese reside na migração, na inovação tecnológica do último meio século, no empreendedorismo e na integração das cadeias produtivas.

São esses os fatores que construíram a revolução agrícola tropical brasileira. Os que fizeram parte dela cresceram e se tornaram globais. Os ineficientes já saíram ou vão sair do (agro)negócio, sejam eles grandes ou pequenos, barões ou agricultores de subsistência, latifundiários ou assentados.

Foi o empreendedorismo que permitiu aos agricultores brasileiros sobreviver no mercado global, ainda que o Brasil nunca tenha reconhecido o seu papel histórico e social.

A história brasileira é contada pelo lado dos coronéis, dos governantes corruptos, dos escravos e dos índios. Raramente se fala dos italianos, dos japoneses, dos gaúchos e dos paranaenses que cresceram, desbravaram e se tornaram globais.



Marcos Sawaya Jank

Especialista em questões globais do agronegócio.

Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo em 4 de fevereiro de 2017



Dejeto no pasto, ouro marrom na lavoura

Produtores apostam na fertirrigação para melhorar o solo, elevar a produtividade, reduzir os custos com adubo e atender a legislação ambiental

Por Carlos Guimarães Filho



Os três imensos canhões, com alcance de lançamento de cerca de 500 metros, posicionados ao lado da lavoura, são sinais de que algo diferente acontece no cuidado com o solo da fazenda FrankAnna. Referência nacional na pecuária de leite, com produção na casa dos 27 mil litros por dia, a propriedade localizada em Carambeí, nos Campos Gerais, utiliza as gigantescas máquinas para a fertirrigação dos 720 hectares dedicados aos grãos. Os dejetos produzidos pelos 1,5 mil bovinos leiteiros, sendo 700 em lactação, e pelos 4,5 mil suínos, após o processo de compostagem, se transformam em “ouro marrom” nas plantações de soja, milho e feijão.

O sistema de manejo de dejetos para posterior uso na agricultura não é recente na FrankAnna. Em 2003, os proprietários da fazenda decidiram utilizar a fertirrigação como um implemento em parte das lavouras, associado à agricultura de precisão. O processo deu certo, e acabou estendido para toda a fazenda, resultando numa série de ganhos, tanto para o bolso dos donos como para a conservação do solo.

“Trabalhamos de forma integrada proporcionando que cada sistema da fazenda forneça subsídio para outro. É isso que ocorre com a fertirrigação, que além de ter todos os nutrientes, ainda é de graça”, explica Mário Sérgio Zoni, responsável pela parte de gestão e nutrição da FrankAnna. O “ouro marrom” proporciona doses de nitrogênio, fósforo, potássio e outros nutrientes, além de matéria orgânica ao solo.

Diariamente, mais de 150 mil litros de dejetos são produzidos pelos animais da fazenda em Carambeí. Esse material é conduzido por canaletas, espalhadas por toda a propriedade, até uma primeira lagoa de estabilização, no qual ocorre a separação das frações sólida e líquida. Após uma série de processos envolvendo biodigestor, medição da quantidade de matéria orgânica e mistura com agroquímicos, o material final fica armazenado e, conforme a necessidade, é retirado por bombeamento pelos imensos canhões para a fertirrigação. O sistema de manejo de dejetos da FrankAnna envolve, inclusive, uma máquina importada do Canadá, que separa os resíduos líquidos dos sólidos.

“Os ganhos de produtividade com o uso da fertirrigação chegam a 15% para milho e 10% para soja. Além disso, reduz a compactação, fornece matéria orgânica e aumenta a microbiota do solo, e gasta menos com adubo”, ressalta Zoni. “É matéria orgânica de ótima qualidade jogada no solo. O sistema simplesmente devolve para a natureza o que tirou na forma de grãos”, complementa a médica veterinária Roberta Züge, integrante do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e sócia da consultoria Ceres Qualidade.

.....

80 litros

É a quantidade de dejetos produzidos por um bovino em lactação por dia. Um suíno chega a oito litros.



Juan e Jan Vinne reduziram gastos com fertilizantes

Os dejetos do *free stall* são destinados a uma lagoa de fermentação, na qual permanecem por 15 dias até o uso para a fertilização das lavouras. Os dejetos originários do *compost barn* são mantidos por um ano e, posteriormente, utilizados para a fertilização orgânica de pastagens e plantações de soja e milho.

“A compostagem não é algo fácil de fazer, mas a experiência tem sido positiva. A produtividade da lavoura tem aumentado ano a ano conforme fazemos a adubação com dejetos. Isso também reduziu a compra de fertilizante mineral”, aponta Juan van der Vinne, filho do produtor e que ajuda na administração da propriedade. Na última temporada, a produtividade da fazenda Imkje na soja atingiu 5,5 mil quilos por hectare, contra 3,1 mil quilos da média estadual, de acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

“O planejamento é ter uma fazenda autossustentável no futuro”, crava o patriarca dos Vinne. Para que isso ocorra, de acordo com o professor Jorge de Lucas Junior, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Jaboticabal, no interior de São Paulo, qualquer propriedade precisa implantar boas práticas, tanto junto aos animais como no manejo dos dejetos, para otimizar a produção.

“A falta de boas práticas pode culminar na volatilização de nutrientes e, interferir na preservação para incrementar a qualidade do fertilizante orgânico. A adequação de práticas de manejo, para otimizar a produção, contribui com menores perdas de nutrientes”, aponta o especialista da Unesp.

“A mudança na forma de criação dos animais, que antes ocupavam 35 hectares dedicados à pastagem, acarretou em um acúmulo de dejetos. “Com os novos sistemas de alojamento, a dieta formulada por lote e o aumento do bem-estar e conforto, os animais comem mais e, consequentemente, defecam e urinam mais”, aponta Vinne.

Vizinho

Os benefícios do “ouro marrom” também conquistaram o produtor de origem holandesa Jan van der Vinne, que desembarcou em 1953, ainda criança, no Brasil. Na fazenda Imkje, nos Campos Gerais, o manejo de dejetos começou por uma necessidade após a implantação dos sistemas de confinamento *free-stall* e *compost barn*, que alojam os 170 bovinos leiteiros da propriedade.

A mudança na forma de criação dos animais, que antes ocupavam 35 hectares dedicados à pastagem, acarretou em um acúmulo de dejetos. “Com os novos sistemas de alojamento, a dieta formulada por lote e o aumento do bem-estar e conforto, os animais comem mais e, consequentemente, defecam e urinam mais”, aponta Vinne.



Processo de manejo dos dejetos até o uso na lavoura

Sistema aumenta a produtividade das lavouras, além de reduzir a compactação e fornecer matéria orgânica para o solo.

Parte da produção de grãos é destinada a alimentação dos animais.

Dejetos líquidos e sólidos dos animais são conduzidos, por gravidade, até a área de processamento.

Conforme a necessidade, o material é retirado por bombeamento para a fertirrigação das lavouras.

Material segue para uma segunda lagoa, onde ocorre a medição das matérias orgânicas e a inserção de produtos químicos.

Na chamada primeira lagoa, o material é separado em frações sólida, para compostagem, e líquido, para o biodigestor.



15%

Esse é o ganho de produtividade que pode alcançar uma lavoura de milho com fertirrigação. Soja chega a 10%.

Alerta

Aplicar matéria orgânica nas lavouras permite contabilizar ganhos financeiros e de conservação de solo para o produtor. Porém, segundo a médica veterinária Roberta Züge, antes do início do processo, é preciso fazer uma análise da terra para definir a quantidade exata a ser depositada.

“Cada solo é individualizado, tem o seu potencial, ou seja, um limite que pode absorver. É como o ser humano. Uma pessoa de 1,50 metro não pode comer o mesmo que uma pessoa de 1,90 metro. A análise permite verificar quanto de nutrientes são necessários e quanto o produtor pode colocar de dejetos”, explica a médica veterinária. “Com os dados da análise, o agrônomo faz um cálculo. É como um nutricionista. Ele verifica quanto precisa de nutrientes conforme o resultado encontrado”, complementa.

Na fazenda FrankAnna, a análise é realizada a cada temporada agrícola, e a fertirrigação pode variar de cinco a dez toneladas por hectare. “Como é feita agricultura de precisão e os valores de adubação seguem taxas variáveis, a cada ano a quantidade altera em função da cultura a ser implantada”, destaca Mário Zoni.

Ainda segundo Roberta

Züge, caso os dejetos se acumulem no solo, pode ocorrer a contaminação de lençóis freáticos em função da sobrecarga da capacidade de filtração do solo. “Isto impede a retenção dos compostos do esterco. Com isso, os resíduos atingirão as águas que correm abaixo da superfície”, alerta.

Legislação ambiental

O uso de dejetos dos animais vai ao encontro de uma legislação ambiental que deve entrar em vigor nos próximos anos. Os critérios para um futuro licenciamento ambiental para as bovinoculturas de corte e leite em sistemas confinado e semiconfinado está em debate no Paraná. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por meio da Resolução n.º 237, define que as unidades da federação precisam normatizar o licenciamento ambiental para a criação de bovinos. No Paraná, isso já ocorre para aves e suínos.

“A fertirrigação já é utilizada em larga escala, principalmente no Oeste do Estado, por conta da cadeia do frango. Porém, muitas vezes o manejo dos dejetos não é realizado de forma correta. Os produtores terão que se adaptar para dar destino. Muitos não vão escapar de instalar um biodigestor”, diz Roberta, apontando como ideal que a propriedade tenha duas lagoas para dejetos e que o material fique, no mínimo, 60 dias maturando.

Para o professor Jorge de Lucas Junior, a definição da legislação deve nascer da base da produção para cima. “Os fiscais precisam entender o campo para tomar a decisão mais justa possível. Apenas dentro do escritório, existe o risco de ocorrerem injustiças.”



Mário Zoni destaca a importância da máquina importada do Canadá

PIB do Brasil recuou 3,6% em 2016

Agropecuária registrou retração de 6,6%, em relação a alta de 3,6% em 2015



Por Tania Moreira Alberti
Economista DTE/FAEP

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 7 de março, que o Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira em 2016 encolheu 3,6%, após a redução de 3,8% em 2015. Apesar da mudança na trajetória e melhora das expectativas, o resultado continua sendo o pior na série histórica, desde 1990.

A indústria registrou retração de 3,8% em 2016, após redução de 6,3% em 2015. O setor de serviços retraiu 2,7%, com igual queda em 2015. A agropecuária registrou

retração de 6,6%, em relação a alta de 3,6% em 2015.

A queda registrada na agropecuária brasileira reflete a perda na produção, com as secas registradas em diversas regiões. Segundo dados da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), na safra 2015/16 a produção de grãos encolheu 21,4 milhões de toneladas, a maior quebra de safra registrada em quase 40 anos, segundo a série histórica. Também contribuiu para a queda no desempenho da agropecuária, os menores preços da carne bovina e suína.

No Paraná, em que a participação do agronegócio resulta em 30% do PIB do Estado, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a retração do PIB da agropecuária foi menos intensa, comparada aos dados nacionais. O desempenho foi de -3,5%, também motivado pela quebra na safra de grãos. Para 2017, o Ipardes estima que o PIB da agropecuária paranaense cresça 6,2%. A safra de verão deverá registrar crescimento de 16% em relação à safra passada, segundo estimativas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

Bendito é o fruto

Agricultores de Ubiratã apostam na produção de óleo e azeite de abacate para alimentação, prevenção de doenças de pele e fabricação de cosméticos

Por André Amorim

Diz o ditado que a necessidade é a mãe da invenção. No caso do casal Edma e Rozalino Piccin, de Ubiratã (Região Oeste do Estado), foi a necessidade de obter renda em uma área de 17 hectares que os levou a buscar uma alternativa bastante incomum: explorar o óleo de abacate.

“Não compensava plantar soja e milho nessa área, então fomos pesquisar e nos encantamos pelo óleo”, lembra Edma. Segundo ela, a ideia surgiu há 17 anos. Depois da inspiração inicial começou a busca por cultivares e pelo conhecimento do manejo da fruta. As primeiras mudas demoraram seis anos para começar a produzir. Depois vieram mais dois anos de testes para a produção do óleo e do azeite de abacate. “Não sabia se fazia com abacate verde ou maduro. Não tinha manual de instrução. Fomos errando e acertando”, recorda a produtora.

Num primeiro momento foram plantados 500 abacateiros. As mudas vieram de Arapongas (Norte do Estado) da

variedade Margarida, que descobriram ser mais apta para a transformação em óleo. Depois de enfrentar doenças, perdas por intempéries e outras adversidades, algumas plantas foram trocadas e hoje somam 400 árvores, sendo algumas da variedade Geada. Os produtores também comercializam a fruta *in natura*.

Os produtos são divididos em três segmentos básicos, que são comercializados com a marca Ômega 3 Ouro. O óleo de abacate é o carro chefe das vendas da empresa. O seu uso é direcionado ao combate de dermatites, inflamações, feridas e outros problemas de pele. Segundo Edma, o óleo também é o produto com a maior margem de lucro, pois é produzido diretamente na propriedade. O azeite de abacate tem um processo mais demorado e mais caro de fabricação, já que precisa passar por uma filtragem feita em uma empresa de São Paulo. Trata-se de um produto comestível, utilizado para temperar saladas e outros pratos.





Edma Piccin e sua plantação de abacates

“O brasileiro só conhece o azeite de oliva, então eu tenho de apresentar o azeite de abacate para ele, explicar tudo item por item, os benefícios para a saúde, tudo”, afirma a empresária.

O terceiro segmento são os produtos cosméticos, como sabonetes em barra e líquidos, creme e vela para massagem e creme hidratante. Neste segmento, o óleo de abacate é repassado a uma empresa terceirizada que fabrica os produtos. Por isso esta é a linha que possui a menor margem de lucro.

Benefícios

O abacate é uma fruta rica em vitaminas e sais minerais, além de ser uma excelente fonte de proteínas. O azeite extraído dela é semelhante ao azeite de oliva, reduz os níveis do LDL (colesterol ruim) e aumenta os níveis do HDL (colesterol bom), além de ser conhecido como poderoso antioxidante. É rico em gordura, com índices de 5% a 27% dependendo da cultivar e do nível de amadurecimento.

Todos esses benefícios acabam sendo o grande chamariz dos produtos. Segundo Edma, a melhor estratégia de venda é a propaganda boca a boca. “Nosso público é composto por pessoas preocupadas com a saúde e com a boa alimentação. Depois de experimentar, eles contam para os outros”, diz. Os produtos à base de abacate são vendidos em lojas em Curitiba, Londrina e Maringá. “Pelo correio mando para todo Brasil”, afirma.

Para produzir um litro de óleo são necessários 20 quilos de abacate. O produto é comercializado em frascos com 20 ml. O azeite, embalado em garrafas de 250 ml, necessita de 25 quilos para produzir um litro. Por mês, Edma afirma vender, em média, cerca de 100 litros do

azeite. O volume comercializado de óleo é menor, uma vez que os frascos também são menores, cerca de 10 litros por mês. Segundo a empresária, a produção de óleo varia de acordo com a demanda, o maquinário instalado na propriedade tem capacidade para produzir até 1 mil litros por dia.

Empreendendo com segurança

A coragem e o espírito empreendedor do casal Edma e Rozalino Piccin podem servir de exemplo e inspiração para muitos outros empreendimentos. Mas nem todos os passos devem ser repetidos. Muitas dificuldades encaradas pelos produtores poderiam ter sido evitadas, poupando dores de cabeça. “Foi um investimento muito grande sem retorno na hora”, lembra Edma. Outra falha reconhecida pela empresária foi iniciar um negócio sem ter definida a ponta da comercialização. “Uma falha muito grande é começar um negócio sem saber pra quem vender”, reconhece.

Para evitar dores de cabeça como essas, é importante fazer um estudo prévio de mercado para o novo negócio. Segundo a coordenadora estadual e agrônoma do Sebrae Paraná, Andréia Claudino, independente do setor em que se pretende atuar, um plano de viabilidade e de negócios é fundamental. “É nesse plano que serão avaliados os potenciais mercados, o interesse pelo produto, os concorrentes que já existem”, orienta.

Como exemplo de bom planejamento, a consultora cita a produção da pimenta mexicana. “Os produtores primeiro estudaram o mercado mexicano e de outros países, inclusive o dos Estados Unidos. A área de produção está vinculada ao que eles têm de cenário de mercado para os próximos dois anos”, diz.

O ponto de partida para qualquer empreendimento deveria ser a elaboração da análise de viabilidade e do plano de negócios. Para ajudar, o empreendedor rural a trilhar este caminho, é possível procurar o escritório regional do Sebrae-PR mais próximo.

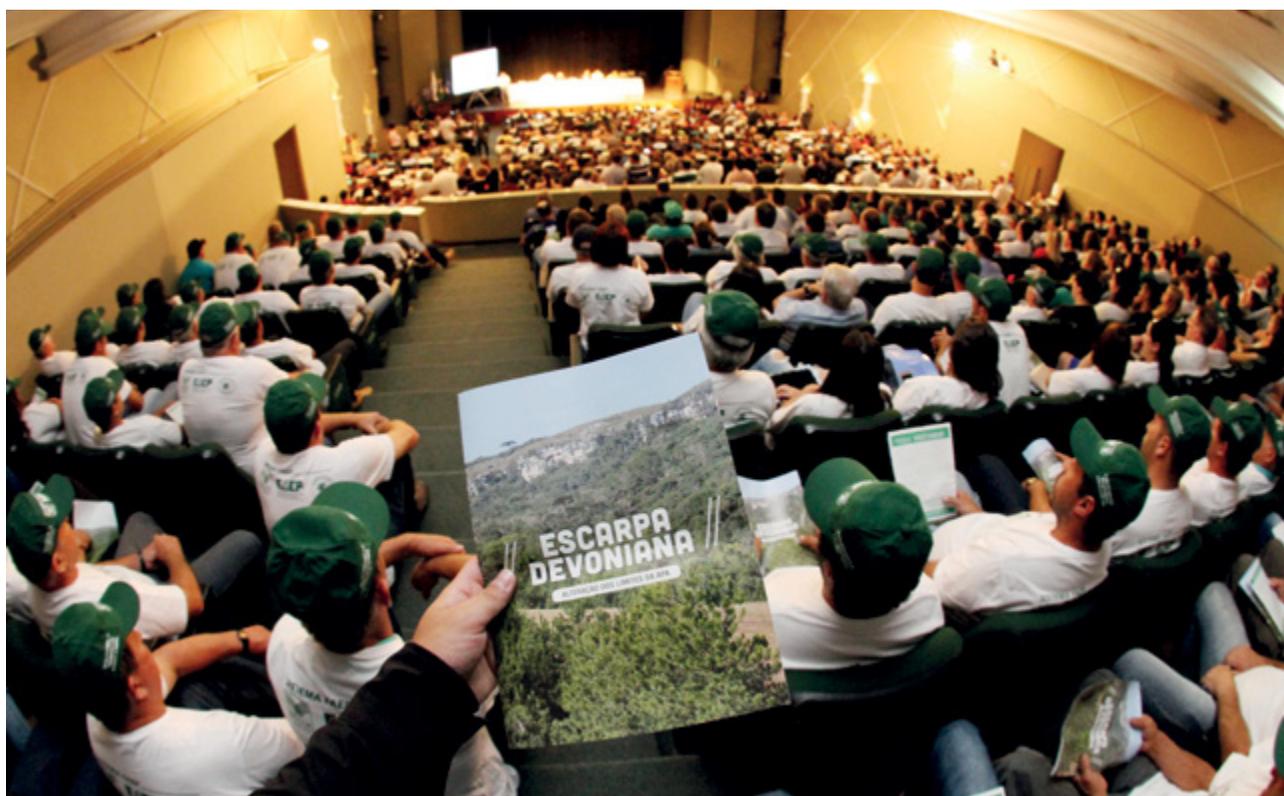


Óleo dermatológico e azeite à base de abacate

Audiência esclarece projeto da Escarpa Devoniana

Alteração nos atuais limites da Área de Proteção Ambiental, com a manutenção da proteção ao meio ambiente, irá impulsionar a economia de 12 cidades

Por Carlos Guimarães Filho



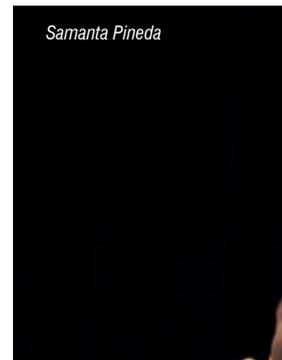
Cláudia Teixeira



Gaspar João de Geus



Samanta Pineda



O Projeto de Lei número 527/2016, em tramitação na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que propõe a alteração dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, localizada na região dos Campos Gerais e na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foi tema da Audiência Pública realizada, no dia 10 de março, em Ponta Grossa. Cerca de 900 pessoas estiveram no Cine Teatro Ópera, na região central da cidade, para conhecer detalhes da proposta que irá impulsionar a economia dos 12 municípios abrangidos pela APA. O Sistema FAEP/SENAR-PR, Sistema Ocepar, Fetaep, sindicatos rurais e cooperativas da região participaram da audiência com grupos de produtores e trabalhadores rurais.

Atualmente, a área da Escarpa Devoniana conta com 392 mil hectares, conforme Decreto n.º 1.231, instituído em 27 de março de 1992. Porém, na época, a metodologia utilizada apresentou uma série de distorções e imprecisões. O novo projeto em análise tem como base o estudo da Fundação ABC, entidade sem fins lucrativos, e levou dois anos para ser realizado utilizando técnicas de mapeamento digital e recursos modernos que permitem estabelecer uma área condizente com a realidade.

Este estudo foi apresentado, de forma detalhada, pelo engenheiro agrônomo da Fundação ABC, Rodrigo

Tsukahara, na abertura da Audiência Pública em Ponta Grossa. Durante a exposição, o pesquisador destacou o uso de geotecnologias e modelos digitais para a classificação do uso do solo na área da APA, o que permite a readequação do projeto, sem qualquer perda de áreas ambientais. O levantamento aponta que os 70% que serão reduzidos, correspondem a áreas de agricultura consolidadas, permanecendo ainda 30%. “A proposta analisou os limites atuais da Escarpa e a metodologia técnico-científica definiu o novo perímetro. Critérios rigorosos foram utilizados para definir os limites das áreas de produção e ambiental, incluindo levantamentos a campo”, disse Tsukahara. “Mais de 148 mil hectares de mata e meio ambiente, com cachoeiras, pinturas rupestres, o Canyon Guartelá, saltos, cavernas, furnas, o Buraco do Padre e áreas de turismo rural continuarão preservadas”, complementou.

Apesar de algumas contestações, o pesquisador da Fundação ABC fez questão de destacar que o novo estudo é um “relatório imparcial, multidisciplinar, que adota metodologia científica com medidas de precisão e exatidão e que também podem ser comprovadas por qualquer outro pesquisador”.

O geólogo e consultor Adriano Razera apresentou es-



Rodrigo Tsukahara



Gustavo Ribas

tudo sobre a geologia da Escarpa Devoniana, baseado na definição de Maack (1947 e 1968) em que a escarpa de estratos é formada pelos arenitos da Formação Furnas, de idade Devoniana, e constitui o limite entre o Primeiro e Segundo Planalto. “Nesta formação rochosa, a cidade da Lapa ficaria fora da área hoje considerada como Escarpa Devoniana pelas suas características geológicas.”

Na sequência, Gaspar João de Geus, produtor, vice-presidente da cooperativa Frísia, de Carambeí, e representante das cooperativas dos Campos Gerais, voltou a apontar a falta de critério técnico e ferramentas para definição do projeto de 1992. “Como identificamos erros crassos, o projeto está sendo refeito. A Fundação ABC tem essas ferramentas modernas e os critérios adotados não podem ser questionados”, destacou.

“Em 1992, quando foi feito o decreto, nós não tínhamos a tecnologia de hoje. Criamos e aprimoramos vários instrumentos que permitiram constatar que dá para rever os limites e fazer melhor. A Fundação ABC tem a maior expertise na região dos Campos Gerais no Brasil, e o estudo solicitado faz a adequação técnica e o traçado adequado”, reforçou Samanta Pineda, consultora e especialista em direito socioambiental, durante a sua exposição, ressaltando que o próprio Plano de Manejo, quando foi criado, já previa a realização de revisão do perímetro.

O produtor Gaspar João de Geus fez questão de apontar a cumplicidade do setor produtivo com o meio ambiente. “O agricultor sabe que o negócio dele é a céu aberto, que depende do equilíbrio do meio ambiente. A preservação será mantida, até porque existem leis próprias, e os produtores terão segurança jurídica para trabalhar”, enfatizou.

Economia

O novo Projeto de Lei impulsionará os 12 municípios abrangidos pela atual área da Escarpa Devoniana. Lapa, Balsa Nova, Porto Amazonas, Palmeira, Campo Largo, Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés têm na atividade agropecuária um dos alicerces de suas economias.

Caso a alteração seja aprovada, 267 mil hectares poderão ser utilizados para atividades agropecuárias, e, posteriormente, mais negócios e recursos irão girar na economia deste grupo de cidades.

“A região da APA contempla muitos pequenos produtores, que precisam do uso da terra para sobreviver. A nova definição dos limites permitirá que os agricultores saibam qual legislação seguir”, apontou Gustavo Ribas, presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, que tam-



bém realizou uma exposição na Audiência Pública.

A região é destaque mundial pela sua produtividade e sustentabilidade e foi pioneira em práticas conservacionistas como o plantio direto. Palmeiras, Castro, Ponta Grossa e Tibagi, por exemplo, colhem 950 mil toneladas de soja, produto de maior expressão no Valor Bruto de Produção (VBP) estadual, a cada temporada. Esse montante representa 5,2% dos 18,3 milhões de toneladas da safra 2016/17, conforme estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab). Tibagi é o maior produtor de trigo do Paraná, com 118 mil toneladas, o que representa 3,4% da produção estadual (3,5 milhões de toneladas).

Outras produções como milho, olerícolas, bovino-cultura de corte e leite, avicultura, suinocultura também são fortes na região, gerando divisas para as economias locais. O VBP das áreas inclusas na Escarpa Devoniana atinge R\$ 1,2 bilhão, montante que sofreria um acréscimo significativo com a adequação da área da APA.

A especialista Samanta Pineda abordou o tema em debate, atrelando a proteção necessária e produção sustentável. “Diminuir a área não reduz a proteção. Esse contexto precisa ser analisado, com base na aptidão da terra”, disse. “Mas não haverá perda ambiental, pois existem o Código florestal, a Lei da Mata Atlântica e a Constituição do Estado do Paraná”, complementou.

Governo estadual

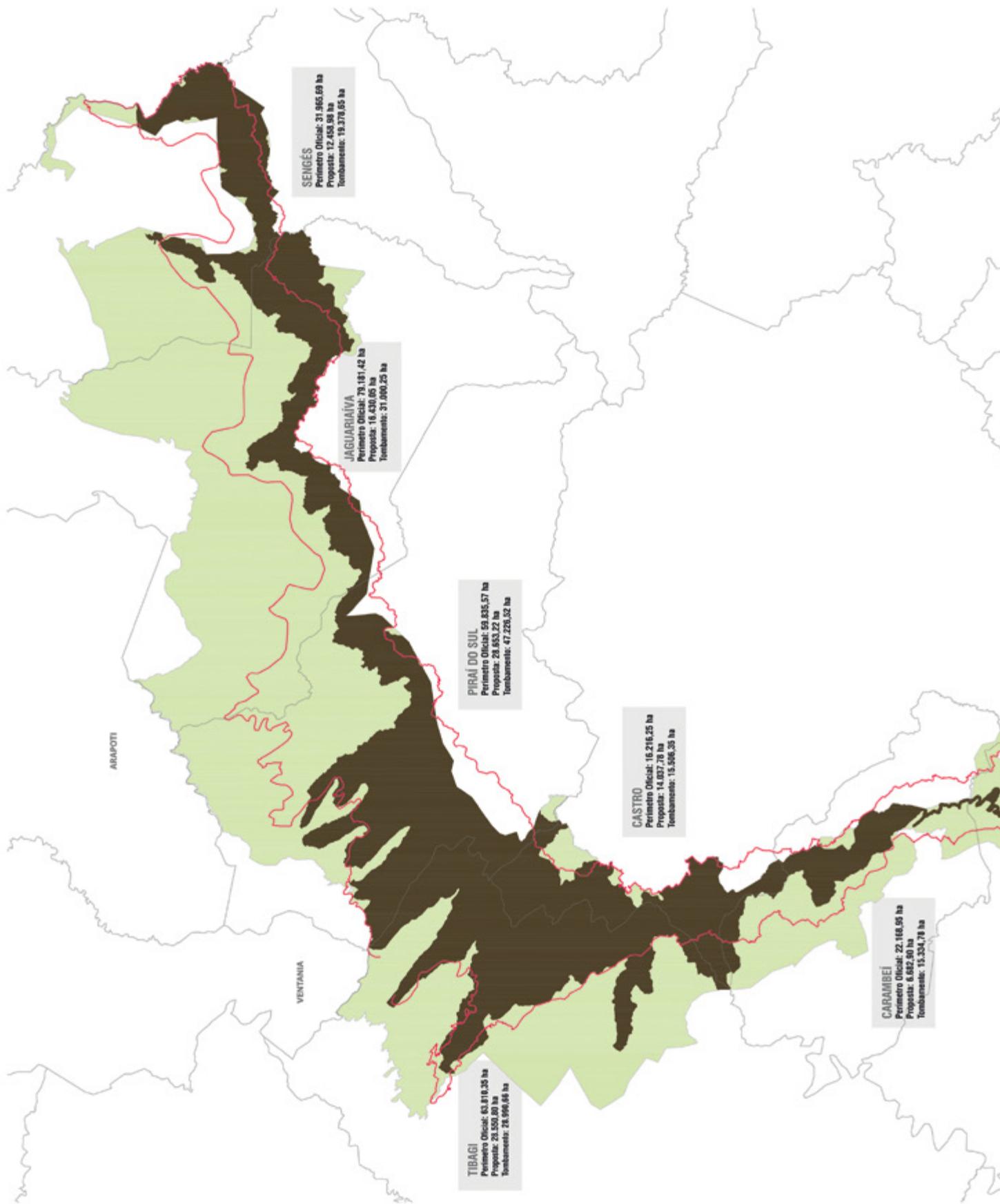
Ao término da Audiência Pública, a assessora jurídica do governo do Estado do Paraná, Cláudia Teixeira, ressaltou que o Poder Executivo estadual, até o momento, não tem posicionamento formado sobre o assunto. “Caso o Projeto de Lei seja aprovado na Assembleia, será encaminhado ao governador, que irá escutar a sua equipe especializada, e, posteriormente, se posicionar.”

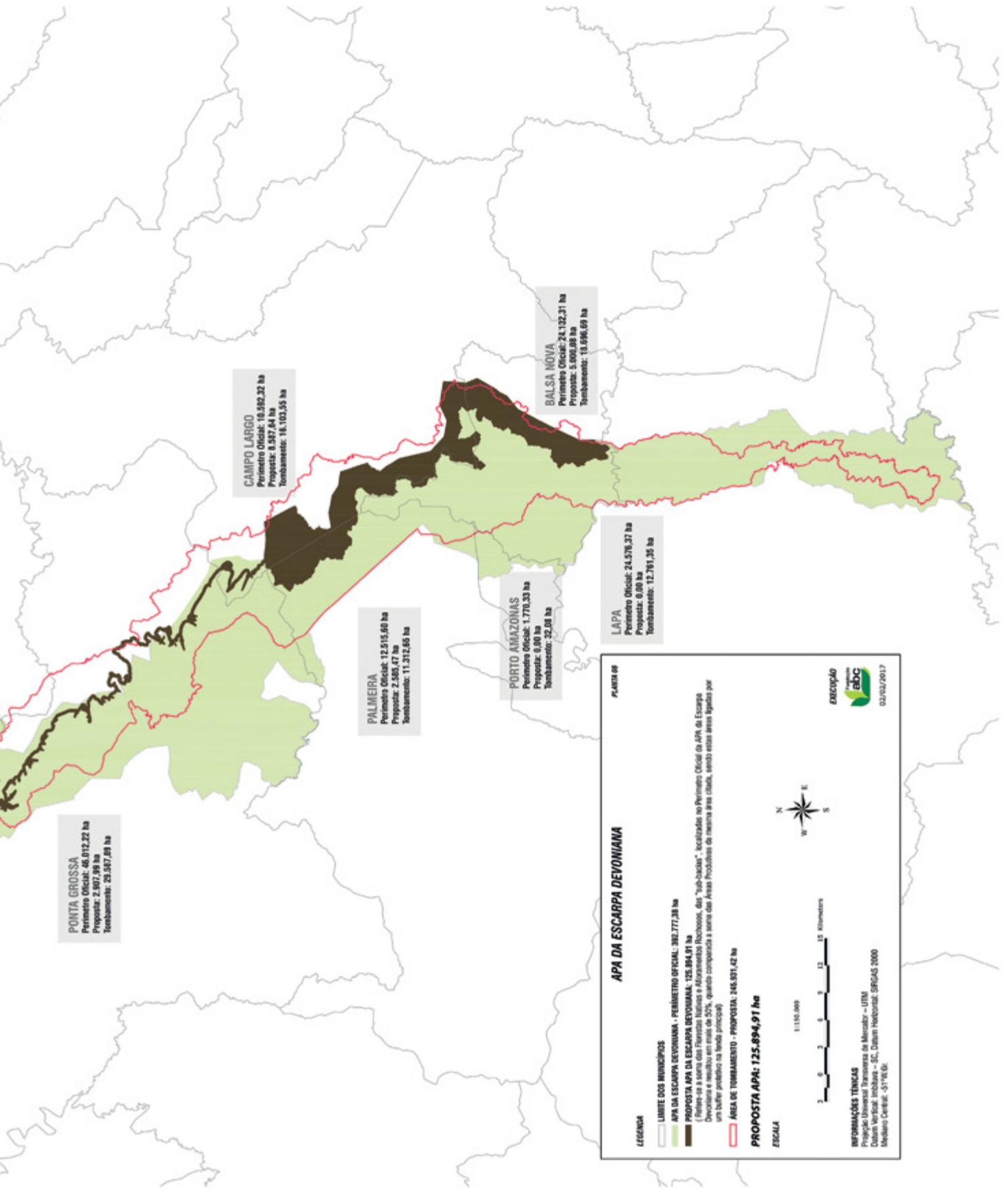
Conheça detalhes do projeto

Os pontos turísticos, de interesses científico e ambiental, matas nativas e monumentos geológicos permanecem preservados pelo projeto de lei.

As áreas reflorestadas já estão delimitadas e em nada alteram a paisagem a ser preservada, conforme previsto no novo contorno da APA.

Apenas áreas de produção ficarão fora da APA para evitar que a atividade agropecuária, importante para a região, sofram com a insegurança jurídica.





PONTA GROSSA
 Perímetro Oficial: 46.012,22 ha
 Proposta: 2.907,99 ha
 Tombamento: 29.567,09 ha

CAMPO LARGO
 Perímetro Oficial: 10.592,32 ha
 Proposta: 4.587,84 ha
 Tombamento: 16.103,55 ha

PALMEIRA
 Perímetro Oficial: 12.515,60 ha
 Proposta: 2.855,67 ha
 Tombamento: 11.312,85 ha

PORTO AMAZONAS
 Perímetro Oficial: 1.770,33 ha
 Proposta: 0,00 ha
 Tombamento: 32,08 ha

BALSA NOVA
 Perímetro Oficial: 24.132,31 ha
 Proposta: 5.000,00 ha
 Tombamento: 19.096,09 ha

LAPA
 Perímetro Oficial: 24.570,37 ha
 Proposta: 0,00 ha
 Tombamento: 12.761,35 ha

PLANTA Nº

APA DA ESCARPA DEVONIANA

LEGENDA

- ▬ LIMITE DOS MUNICÍPIOS
- ▬ APA DA ESCARPA DEVONIANA - PERÍMETRO OFICIAL: 392.777,28 ha
- ▬ PROPOSTA APA DA ESCARPA DEVONIANA: 125.894,91 ha
 (Inclui-se a soma das Florestas Nativas e Afloramentos Rochosos, das "sub-bacias", localizadas no Perímetro Oficial da APA da Escarpa Devoniana e resultou em mais de 25%, quando comparada à soma das Áreas Produtivas da mesma área citada, sendo estas áreas ligadas por um buffer produtivo na linha principal)
- ▬ ÁREA DE TOMBAMENTO - PROPOSTA: 145.971,42 ha

PROPOSTA APA: 125.894,91 ha

ESCALA
 1:150.000

0 2 4 6 8 10 12 15 Kilômetros

INFORMAÇÕES TÉCNICAS
 Projeto: Universal Transversa de Mercator – UTM
 Datum Vertical: Imbarrá – SC, Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Meridiano Central: -51°W 00'

RECUPERAÇÃO

 02/03/2017



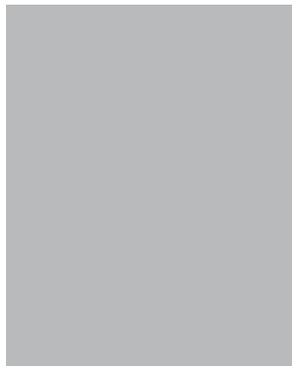
Gustavo Ribas,
presidente do Sindicato
Rural de Ponta Grossa

“A APA criada em 1992 tem divergências e traz insegurança para o setor e para os produtores rurais. Deixar área de produção inativa gera perdas enormes para a economia da região. Os Campos Gerais são um modelo de sustentabilidade. O novo projeto mantém isso e abre espaço para a geração de renda e emprego.”



Renato Greidanus,
produtor e presidente da
Cooperativa Frísia

“O novo projeto de lei da tranquilidade para o produtor rural, pois define o que pode e o que não pode fazer. Os produtores e cooperativas são responsáveis pela preservação do meio ambiente, e assim irá continuar.”



Ricardo de Aguiar Wolter,
presidente do Sindicato
Rural de Carambeí

“37% do município [Carambeí] estão dentro da Escarpa Devoniana, o que gera muitas restrições. Muitos projetos de cooperativas e indústrias, que iriam gerar empregos e renda, foram inviabilizados. Carambeí é formada por pequenos produtores, muitos de leite, diretamente envolvidos e sujeitos a limitações. A adequação irá permitir que o setor trabalhe.”



Guilherme Jonker,
presidente do Sindicato
Rural de Pirai do Sul

“O projeto inicial é complicado, sem o uso de mecanismos precisos. O novo projeto de lei irá tornar viável e saudável parte da área para população dos Campos Gerais. E a conservação do meio ambiente irá permanecer, principalmente pelos produtores, os maiores preservadores.”





Eduardo Medeiros,
presidente do Sindicato
Rural de Castro

“Acreditamos que essa readequação, dentro dos limites legais, não irá prejudicar em nada as áreas preservadas da região. O que precisamos é realinhar os limites para que o produtor rural trabalhe com segurança, e continue preservando.”



Laertes Bianchessi,
do Núcleo Regional
da Seab

“A região dos Campos Gerais se destaca pela produtividade, aliada ao cuidado com o solo, um exemplo para o Brasil. Os produtores realizam um trabalho dedicado e contundente. Essa audiência pública [realizada no dia 10 de março em Ponta Grossa] é importante por ser um espaço democrático, que irá permitir chegar a um consenso entre trabalho e meio ambiente.”



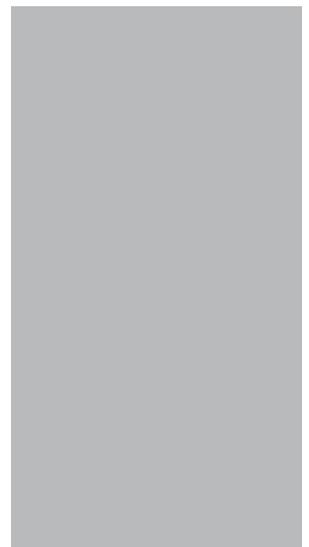
Nelson Bueno Gomes,
produtor de Tibagi

“Nós produtores viemos até aqui para conhecer mais o novo projeto de lei. Sabemos da necessidade de mais segurança jurídica para produzir alimentos para a população. É isso que buscamos.”



Jussara S. Bittencourt,
produtora de Castro

“Movimentos políticos muitas vezes sufocam a produção de alimentos. Essa proposta permite que possamos elevar a produção, sem mexer no meio ambiente que já está consolidado dentro da APA. Só existem ganhos para a agricultura e para o meio ambiente.”





Poesia do olhar

Agricultor e fotógrafo amador, Haruo Ohara soube retratar com singeleza o dia a dia do homem do campo e a vida na Londrina que adotou para viver e criar sua família

Um dos grandes nomes da fotografia brasileira foi um agricultor de origem japonesa que passou boa parte de sua vida em Londrina, no Norte do Paraná. Haruo Ohara (1909-1999) imigrou para o Brasil com os pais em 1927. Ele tinha 18 anos e sonhava ser professor. Na bagagem, a família trouxe sementes e enxadas. Depois de percorrer algumas cidades no interior de São Paulo, os Ohara acabaram se fixando em Lon-

drina, em 1933. O pai de Haruo comprou um lote, com 48 hectares, da Companhia de Terras Norte do Paraná. Na nova terra, eles se dedicavam ao cultivo do café, mas também abriam espaço para a produção de flores e frutas.

Haruo foi apresentado à fotografia após se casar com Kô Sanada, em 1934. As imagens do casamento foram feitas por José Juliani, que trabalhava na Companhia de Terras Norte do Paraná.

Juliani ensinou algumas técnicas fotográficas e vendeu uma câmera a Haruo. O agricultor tomou gosto pelo ofício e não parou mais de registrar momentos do cotidiano rural e de sua família. A mulher e os nove filhos eram seus modelos. Antes de sair para a lida no campo, Haruo aproveitava a luz da manhã para fazer suas composições. Registrava cenas de brincadeiras de seus filhos, de sua esposa e de agricultores partindo para o



trabalho nas terras roxas do Norte paranaense. A sua primeira fotografia, feita em 1938, foi Retrato de Kô junto a um pé de laranja.

Com a desapropriação das terras da família para a construção do atual aeroporto de Londrina, Haruo se muda com a família para a cidade e abraça de vez a fotografia. No novo endereço, ele reserva um pequeno cômodo para montar seu laboratório. Haruo começa a participar de grupos de fotógrafos de São Paulo e de Londrina e a frequentar salões de arte pelo país. Ganha prêmios.

Obstinado na busca da luz ideal às suas composições fotográficas, Haruo tinha o hábito de anotar em diários todo o processo de criação. Sem pressa, ele usava o tempo a seu favor. No fim dos anos 1970, passou a fotografar com negativos coloridos.

O trabalho fotográfico de Haruo Ohara ganha maior reconhecimento no fim dos anos 1980, mas apenas em 1998, um ano antes de morrer, já acometido pelo Mal de Alzheimer, ele fez a primeira exposição fotográfica individual. A mostra foi na Casa de Cultura de Londrina.

Haruo Ohara morreu em 25 de agosto de 1999. Seu acervo foi doado pela família ao Instituto Moreira Salles, referência na conservação de obras fotográficas brasileiras. São cerca de 8 mil negativos em preto e branco, 10 mil negativos coloridos, equipamentos fotográficos, álbuns e fotografias de época. A instituição já organizou mostras pelo país para exibir o farto trabalho de Ohara.



Autorretrato de Haruo Ohara em um bambuzal



Brincadeiras dos filhos inspiravam as fotografias de Ohara

O impacto da compactação

Falta de manejo de lavouras, baixa inclusão de material orgânico nas áreas e o uso desordenado de máquinas agrícolas contribuem para o problema



A compactação de solo se tornou um problema frequente em todo o país, provocando erosão em períodos de chuva e perdas de produtividade durante a estiagem. O processo está presente na maioria das lavouras manejadas de forma incorreta via Sistema de Plantio Direto (SPD). Um estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que a calagem superficial também provoca a compactação do solo e resultou na queda de produtividade de soja ao longo dos últimos 18 anos.

Segundo o pesquisador José Eloir Denardin, da Embrapa Trigo do Rio Grande do Sul, o impacto da compactação atingiu diretamente o desempenho das lavouras. De acordo com o pesquisador, que se baseou em dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a produtividade média da oleaginosa no Paraná vem caindo a cada safra. “Certamente essa queda na produtividade não ocorreu pela

carência ou pela qualidade de insumos agrícolas. O motivo de maior relevância, sem dúvida, esteve relacionado à desatenção com os danos provocados pela compactação de solo, como perda por erosão e, principalmente, por deficiência na irrigação de água para as plantas”, afirma Denardin. O pesquisador explica ainda que o tráfego desordenado de máquinas agrícolas na lavoura é outro fator que resulta na compactação de solo.

Diante desse problema, há dois anos a Embrapa Soja, em Londrina, está testando o uso de semeadora equipada com haste sulcadora, com potencial para atuar em profundidades de até 22 centímetros. “O protótipo testado promove pequeno revolvimento de solo, porém, em profundidade, rompendo a camada compactada e viabilizando o aprofundamento das raízes das plantas. Nesses dois anos de pesquisa, a haste sulcadora de ação profunda, quando

comparada às hastes sulcadoras comerciais, que atingem no máximo entre 10 e 12 centímetros de profundidade, aumentou a produtividade tanto de soja quanto de milho”, conta Henrique Debiase, pesquisador da Embrapa Soja.

Impacto

O levantamento da Embrapa foi realizado em 11 unidades de pesquisa em todo o país, entre elas no Paraná, e constatou o impacto provocada pela calagem superficial e a adição anual insuficiente de material orgânico ao solo (raiz e palha). Denardin explica que o calcário na superfície eleva o pH do solo (acima de sete), o que separa a argila de outras partículas, ou seja, o solo se dispersa e à medida que chove a lama desce e entope os poros. Dessa forma, o terreno se torna mais denso e forma uma camada compactada que possui dois efeitos: risco de erosão, quando ocorre muitas chuvas, e perdas de produtividade quando há períodos de estiagem.

Para Denardin, em modelos de produção sem o cultivo de uma gramínea de verão, como cereais de verão (milho, milheto, sorgo forrageiro, sorgo granífero e capim Sudão), e/ou pastagem (braquiária) ao longo do ano agrícola, não produz quantidade suficiente de material orgânico. “Assim, na condição de calagem na superfície do solo e da adição insuficiente de palha e raiz ao solo, a argila dispersa é carregada, pela água que infiltra no solo, da camada superficial para a camada subsuperficial do solo, formando a compactação de solo”, diz.

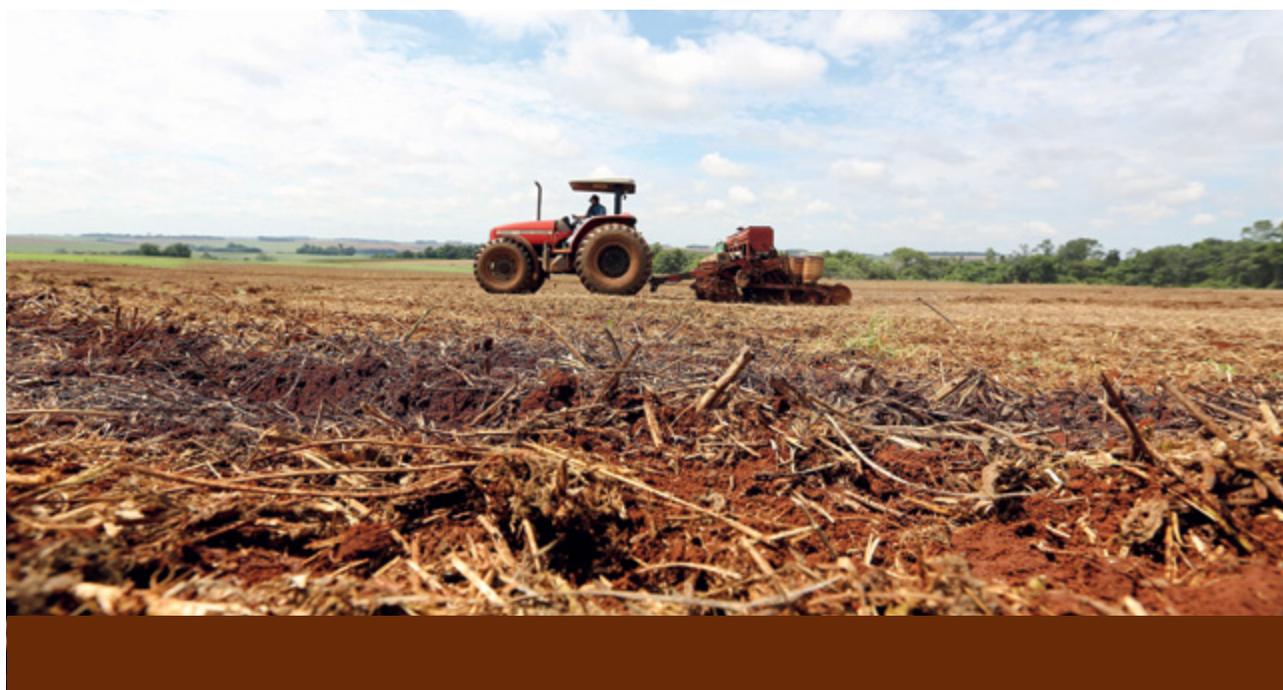
O pesquisador destaca ainda que esses processos de dispersão de argila, de destruição de agregados, não formação de novos agregados de solo e de carregamento de argila da superfície para a subsuperfície, transformaram o

solo em duas camadas completamente distintas. A primeira, em média de zero a cinco centímetros de profundidade, se caracteriza pela estrutura granular solta de elevada taxa de infiltração de água, rica em nutrientes e sem restrições ao desenvolvimento radicular das plantas.

A outra camada subsuperficial de solo compactado, em média de cinco a 20 centímetros de profundidade, tem como principal característica uma estrutura maciça de baixa permeabilidade à água, com poucos nutrientes e severas restrições ao desenvolvimento radicular das plantas. “Essa camada subsuperficial compactada, durante as chuvas, limita o fluxo descendente de água, produzindo enxurrada e erosão, e, ao longo das estiagens, limita o fluxo ascendente de água, a partir do subsolo para a superfície, impedindo a água de chegar às raízes das plantas e provocando déficit hídrico”, afirma Denardin.

Saída

Denardin ressalta que a diversificação de culturas, com a inclusão de gramíneas de verão é fundamental para amenizar quanto para prevenir a compactação de solo. “Um bom exemplo de diversificação ocorre quando a soja é semeada no início de outubro e colhida em fevereiro. Depois disso, o milho é semeado em consórcio com braquiária e, em junho, o cereal é colhido e o capim permanece na lavoura. Em setembro, a braquiária é dessecada para a semeadura da soja no início de outubro. A associação dessa diversificação de culturas à semeadora equipada com haste sulcadora de ação profunda, tem capacidade de manter o solo ‘vivo’, com fluxos descendentes e ascendentes de água, prevenindo perdas por erosão e por estiagens.”



Multiplicadores do Prosolo

Programa treina técnicos para disseminar práticas de conservação de água e solo no Paraná



Ágide Meneguette ressalta a necessidade de retomar práticas de conservação de água e solo

O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) iniciou uma nova fase no dia 6 de março. Profissionais de órgãos ligados à atividade rural, como Emater, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaep), Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), além de instrutores do SENAR-PR, estiveram reunidos em Curitiba para participar de treinamento para divulgação do programa.

A ideia do encontro foi transformar esses profissionais, que atuam em todas as regiões do Estado, em multiplicadores das informações do programa, levando suas diretrizes a campo. O objetivo é que eles façam a ligação entre o Comitê Gestor do Programa e os produtores rurais beneficiados, atuando na organização dos comitês municipais do Prosolo. O programa foi criado para resgatar boas práticas conservacionistas no território paranaense. A iniciativa é uma parceria do Sistema FAEP/SENAR-PR com o governo estadual e diversas outras entidades.

Presente na abertura do treinamento, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, destacou a

necessidade de retomar as práticas de conservação de água e solo no Estado. “Temos de fazer um grande mutirão para conscientizar nossos produtores. Todos nós, independentemente de cor partidária, temos responsabilidade com isso”, alertou, reforçando que a iniciativa não se trata de um programa de governo, mas de uma iniciativa de Estado. “Somos nós que teremos de encontrar uma solução”, disse.

Tecnologia

As mudanças tecnológicas que ocorreram na agricultura nas últimas décadas trouxeram máquinas de maior porte, que muitas vezes dificultam a manutenção de algumas práticas de conservação, como o terraceamento (técnica de conservação do solo destinada ao controle de erosão

e utilizada em terrenos muito inclinados). O abandono dessas técnicas faz ressurgir o risco da erosão do solo, impactando diretamente na produtividade das lavouras.

O secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, reforçou a necessidade dos produtores se organizarem para enfrentar essa realidade e “continuar ganhando o jogo da produtividade”. O Paraná já foi referência na conservação de solo e água, mas muitos produtores têm deixado de fazer a lição de casa. Para frear a degradação desses recursos, o programa pretende treinar 2 mil profissionais para auxiliar os produtores do Estado a elaborar planos de conservação nas propriedades.

“Desde agosto [de 2016] estamos ganhando musculatura para ir a campo e engajar profissionais, técnicos e prefeitos para levar esse trabalho para o interior do Estado”, afirmou o secretário, referindo-se à assinatura do Decreto n.º 4.966, em agosto do ano passado, que criou o programa. No mesmo dia em que o governador Beto Richa assinou o documento, teve início a capacitação dos primeiros 50 engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas e técnicos agrícolas, que atuarão na difusão das práticas do programa.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 12 - SAFRA 2016/17

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 23 de fevereiro de 2017 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em fevereiro de 2017 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2016/17, que passam a vigorar a partir de 1º de março de 2017. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de fevereiro de 2017, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural (Deral) e Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2017 - SAFRA 2016/17 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,87%	64,71	1,07%	60,19
AME	66,51%	48,65	53,24%	54,36
EAC - ME	0,66%	2.168,08	1,19%	2.007,57
EAC - MI	20,45%	1.971,24	18,99%	1.852,74
EA - of	0,04%	2.155,00	0,05%	1.858,62
EHC - ME	0,00%	-	0,18%	1.859,14
EHC - MI	11,34%	1.764,63	24,78%	1.603,55
EH - of	0,13%	1.822,35	0,50%	1.540,89
obs: EAC - ME + MI + of	21,14%	1.977,67	20,23%	1.861,84
EHC - ME - MI + of	11,47%	1.765,29	25,46%	1.604,12

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,87%	0,7337	1,07%	0,6825
AME	66,51%	0,5538	53,24%	0,6188
EAC - ME	0,66%	0,7628	1,19%	0,7063
EAC - MI	20,45%	0,6935	18,99%	0,6518
EA - of	0,04%	0,7582	0,05%	0,6539
EHC - ME	0,00%	-	0,18%	0,6826
EHC - MI	11,34%	0,6479	24,78%	0,5888
EH - of	0,13%	0,6691	0,50%	0,5658
Média		0,5962		0,6192
obs: EAC - ME + MI + of	21,14%	0,6958	20,23%	0,6550
EHC - ME - MI + of	11,47%	0,6482	25,46%	0,5890

PREÇO DO ATR REALIZADO EM FEVEREIRO 2017 - SAFRA 2016/17 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	1,07%	60,19
AME	53,24%	54,36
EAC - ME	1,19%	2.007,57
EAC - MI	18,99%	1.852,74
EA - of	0,05%	1.858,62
EHC - ME	0,18%	1.859,14
EHC - MI	24,78%	1.603,55
EH - of	0,50%	1.540,89

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	1,07%	0,6825
AME	53,24%	0,6188
EAC - ME	1,19%	0,7063
EAC - MI	18,99%	0,6518
EA - of	0,05%	0,6539
EHC - ME	0,18%	0,6826
EHC - MI	24,78%	0,5888
EH - of	0,50%	0,5658
Média		0,6192

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	67,62	75,52
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	67,62	75,52

Curitiba, 23 de fevereiro de 2017

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Vice-Presidente

Concessão de terminais portuários

O governo federal anunciou, no dia 7 de março, um novo pacote de concessões e privatizações de rodovias, ferrovias, terminais portuários, linhas de transmissão de energia e saneamento. A União prevê que a medida atraia investimentos de R\$ 45 bilhões. Na lista de concessões estão dois terminais do Porto de Paranaguá. A iniciativa privada poderá explorar as duas áreas por 25 anos. O terminal PAR01 possui terreno de 27,5 mil metros quadrados e deve ser usado para o embarque e desembarque de papel e celulose. O investimento previsto para a área é de R\$ 102 milhões. Já o terreno de 170 metros quadrados do PAR12 poderá ser usado para a instalação de equipamentos para embarque e desembarque de veículos. A expectativa de investimento para o PAR12 é de R\$ 71 milhões. Na área de energia, o pacote do governo prevê a concessão de 35

lotes de linhas de transmissão em 20 estados, incluído o Paraná. O leilão está previsto para o fim de abril e a União estima um investimento de R\$ 12,8 bilhões no setor.



Norma contra gripe aviária

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou, no dia 3 de março, uma nova instrução normativa para fortalecer o controle da gripe aviária. A medida pretende evitar que a doença presente em dezenas de países contamine aviários brasileiros. A Instrução Normativa n.º 8 estabelece um prazo mínimo de 20 dias de intervalo entre lotes para o realojamento de novas aves. A comprovação será feita por médico veterinário que realiza o controle sanitário, por meio de registros auditáveis por órgãos oficiais. A IN 8 também estabelece que, passados 540 dias de sua publicação, fica proibido o alojamento de novas aves em galpões de corte ou de postura comercial que não possuam tela de isolamento. A nova regra

estipula prazo de 365 dias para que estabelecimentos avícolas apresentem o requerimento de registro no serviço veterinário estadual. O estabelecimento que não cumprir o prazo estipulado ficará proibido de alojar novas aves.



Desconto no Pronaf

Produtores de cebola do Paraná vão receber desconto (2%) no financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no período de 10 de março a 9 de abril. A decisão consta na Portaria n.º 171 e foi publicada na edição de 8 de março do Diário Oficial da União. A medida também vai

beneficiar produtores de batata, leite, raiz de mandioca, tomate, trigo, triticales, babaçu e cacau de vários estados do país. Os agricultores receberão a bonificação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O bônus é calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e garante abatimento em parcelas de financiamentos. As culturas que tiveram preço de mercado abaixo do mínimo estabelecido pelo governo federal recebem o benefício.

15 recomendações do agro

O Grupo de Trabalho do Agronegócio e outras quatro entidades entregaram ao presidente Michel Temer, no dia 7 de março, 15 propostas para o setor. As recomendações são divididas em cinco temas: agronegócio; ambiente de negócios; educação básica; desburocratização e modernização do Estado; e produtividade e competitividade. As medidas buscam subsidiar o governo federal na elaboração de ações para estimular o crescimento da economia brasileira. Para cada um destes temas foi formado grupos de trabalho (GT). O GT do Agronegócio definiu as seguintes propostas: estabelecer a plurianualidade para o Plano Safra; ampliar o acesso a mercados por meio da celebração de novos acordos comerciais; e destravar os investimentos para adequação da infraestrutura logística. O Grupo de Trabalho do Agronegócio faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado Conselho.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 28/02/2017

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	317,93	-	-	7,31	-	-	-	325,24
Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	37.280.704,05	-	2.341.952,64	-	43.920.089,75
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.869.782,36	-	181.518,99	-	16.222.189,19
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.760.829,02	-	-	-	7.585.363,65
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	148.095,40	-	-	-	225.418,18
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	14.555,91	-	-	-	20.394,52
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	185.477,25	-	-	-	269.485,16
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.499,93	4.624.105,00	141.031,00	45.398.132,39	542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	68.165.698,26
SALDO LÍQUIDO TOTAL								68.165.698,26

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



CIANORTE

AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre os dias 30 de janeiro e 1.º de fevereiro, o curso Aplicação de Agrotóxicos – NR 31.8. Participaram 12 trabalhadores rurais com o instrutor Jorge Luiz dias Alves.



MARINGÁ

OVINOS

O Sindicato Rural de Maringá promoveu, no dia 14 de janeiro, o curso Manejo de Ovinos de Corte. Participaram 11 pessoas com a instrutora Jaciani Cristina Beal Klank.



CAMPINA DA LAGOA

JARDINEIRO

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu, entre os dias 8 e 10 de fevereiro, o curso Jardineiro – Implementação e Manutenção. Participaram 16 produtoras e trabalhadoras rurais com o instrutor Geremias Cilião de Araujo Junior.



SÃO MATEUS DO SUL

ROÇADEIRA

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com a Agropecuária Vier, nos dias 6 e 7 de março, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Roçadeiras. Participaram dez pessoas com o instrutor Emerson Massoqueto Batista.



JURANDA

IDOSOS

O Sindicato Rural de Juranda promoveu, no dia 21 de fevereiro, o curso Qualidade de Vida para Idosos. Participaram 27 pessoas com a instrutora Luciane Lousano Pimentel.



CIDADE GAÚCHA

MOPP

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha realizou, de 6 a 10 de fevereiro, o curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP. Participaram 25 pessoas com o instrutor Aparecido Vieira.



BANDEIRANTES

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu, nos dias 11 e 18 de fevereiro e 4 de março, o curso Agricultura de Precisão – Introdução à Agricultura de Precisão. Participaram 12 pessoas com o instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.



GUARAPUAVA

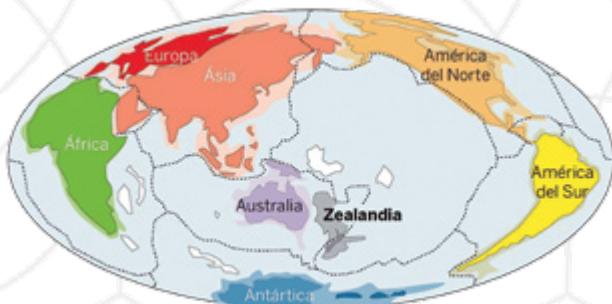
NR 35

O Sindicato Rural de Guarapuava promoveu, nos dias 3 e 4 de março, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – NR 35 – Trabalho em Altura – Agroindústria. Participaram oito pessoas com o instrutor Daniel Giorno Nascimento.

VIA RÁPIDA

Zelândia

Um artigo divulgado na publicação científica *Geological Society of America's Journal* defende que um novo continente seja reconhecido. Quase completamente submerso, a Zelândia, como foi batizado, fica no Sudoeste do Oceano Pacífico e tem 5 milhões de quilômetros quadrados – quase dois terços do tamanho da vizinha Austrália, que tem 7,6 milhões de quilômetros quadrados.



Curiosidade animal

O pássaro com bico mais longo do mundo é o pelicano australiano. Um pássaro adulto desta espécie pode ter um bico entre 35 e 45 cm de comprimento. O animal que vive mais tempo é a tartaruga marion, das Ilhas Seychelles. Estes répteis podem viver até 150 anos.



Síndrome estranha

A Síndrome do Aceno de Cabeça foi registrada em Uganda, Sudão e Tanzânia, na década de 1960. A medicina não sabe o que provoca a síndrome, mas os portadores desta doença não conseguem parar de acenar com a cabeça, como se estivessem concordando. As principais vítimas estão na faixa etária de 5 a 15 anos. Em casos extremos, a criança tem convulsões e perde a capacidade de falar.



Eudaimonia

É um termo grego que literalmente significa “o estado de ser habitado por um bom daemon, um bom gênio”, e, em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar. Para os gregos, felicidade era um dom.



Trabalho

Nove em cada dez pessoas não estão engajadas em seu trabalho. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, 27% desses 90% estão sabotando as empresas que trabalham.



Pum

Pergaminho desenhado em 1840, no Japão, mostra o He Gassen ou “Concurso da Flatulência”. Em geral, os desenhos mostram os nipônicos soltando puns tão fortes que acabavam levando estrangeiros para bem longe da ilha japonesa. As ilustrações foram digitalizadas pela Universidade de Waseda e seriam uma forma de protesto contra a abertura do Japão ao mundo.

A Fuga

Num hospício, os loucos estavam combinando que iriam pular o muro para fugir no sábado. Na quinta-feira foram treinar. Eles pulavam para fora e para dentro de novo. Na sexta-feira choveu muito forte. No sábado, a chuva parou e um dos loucos disse ao outro:

- Vai lá ver se dá para fugirmos hoje.

Ele foi, mas voltou triste, e disse:

- Vamos ter que adiar nossa fuga. A chuva derrubou o muro e não dá pra gente pular.

O fim do mundo

Muitos esperavam que um asteroide provocasse o fim do mundo no último dia 16 de fevereiro. O temor surgiu porque o astrônomo russo Dyomin Damir Zakharovich teria previsto um choque de um asteroide recém-descoberto com o nosso planeta. O mundo já esteve para acabar muitas vezes. Em 1840, o norte-americano William Miller anunciava grandes incêndios entre 1843 e 1844. Felizmente ainda estamos aqui, apesar dos Nostradamus de plantão.



E por falar em calor

Como seriam os comentários dos professores de cada matéria sobre o calor:

Português: Está um calor imensurável.

Geografia: Creio que o Brasil se desgrudou do continente americano e está mais perto do Sol.

Filosofia: Tomo banho, logo estou suado novamente por causa do calor.

Matemática: A sensação de calor chega a ser exponencial.

Química: Está praticamente 40 graus Celsius para cada um.

História: Essa semana fez a maior temperatura do país em 71 anos.

Biologia: As minhas glândulas sudoríparas estão produzindo mais líquido.

Artes: Me sinto um relógio de Dalí.

Física: Existe uma calorimetria no ambiente.

Sociologia: O Sol forte é invenção capitalista para vender ar condicionado.

Religião: Um calor infernal.

Educação Física: Dispensados.



UMA SIMPLES FOTO





MILHO PREMIADO

Esta é a história de um fazendeiro bem-sucedido.

Ano após ano, ele ganhava o troféu “Milho Gigante” da feira da agricultura do município.

Entrava com seu milho na feira e saía com a faixa azul recobrimdo seu peito.

E o seu milho era cada vez melhor.

Numa dessas ocasiões, um repórter de jornal, ao abordá-lo após a já tradicional colocação da faixa, ficou intrigado com a informação dada pelo entrevistado sobre como costumava cul-

tivar seu qualificado e valioso produto.

O repórter descobriu que o fazendeiro compartilhava a semente do seu milho gigante com os vizinhos.

“Como pode o senhor dispor-se a compartilhar sua melhor semente com seus vizinhos quando eles estão competindo com o seu a cada ano?”, indagou o repórter.

O fazendeiro pensou por um instante, e respondeu:

“Você não sabe? O vento apanha o pólen do milho maduro e o leva de campo para

campo. Se meus vizinhos cultivam milho inferior, a polinização degradará continuamente a qualidade do meu milho. Se eu quiser cultivar milho bom, eu tenho de ajudar meus vizinhos a cultivarem milho bom.”

Autor desconhecido

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

•FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

•SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senapr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

